

Sobre bombas e deportações: anarquistas portugueses e o movimento operário no Rio de Janeiro (1918-1921)

About bombs and deportations: portuguese anarchists and the labour movement in Rio de Janeiro (1918-1921)

Eduardo de Oliveira

Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro; Centro Universitário de Volta Redonda

eduardojorge.com@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3492-2313>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/10/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 10/03/2022

Abstract

Between November 1918 and March 1921, 69 bombs exploded in Rio de Janeiro, causing seven deaths and 50 injuries. In most cases (30), the targets were bakeries, but several other commercial establishments and public buildings were also hit. The responsible for the attacks, in most cases, were not found. However, the police pointed out a link between the explosions and anarchist militancy, strongly linked to union associations. The investigations also pointed out the protagonism of immigrants, mainly Portuguese who, under the accusation of anarchism, were deported. They would be 37 of the 59 foreigners deported for political offenses between 1919 and 1921. Research on such events, carried out in the documentation of the Ministry of Justice, mapped the phenomenon, but reading newspapers of the time point to new (and eventually discrepant) information about the role of the anarchists, as well as the leading role of the Portuguese proletarians, in the biggest wave of attacks ever witnessed in the then capital of Brazil.

Keywords: Anarchism; terrorism; portuguese immigration.

Resumo

Entre novembro de 1918 e março de 1921, 69 bombas explodiram no Rio de Janeiro, provocando sete mortes e 50 feridos. Na maioria dos casos (30), os alvos foram padarias, mas vários outros estabelecimentos comerciais e prédios públicos também foram atingidos. A autoria dos atentados, na maior parte dos casos, não foi descoberta. Mas a polícia apontou o vínculo entre as explosões e a militância anarquista, fortemente vinculada às associações sindicais. As investigações também apontaram o protagonismo de imigrantes, principalmente portugueses que, sob a acusação de anarquismo, foram deportados. Eles seriam 37 dos 59 estrangeiros deportados por delito político entre 1919 e 1921. Pesquisas sobre tais eventos, efetuadas na documentação do Ministério da Justiça, mapearam o fenômeno, mas a leitura de jornais de época apontam novas (e eventualmente discrepantes) informações sobre o papel dos anarquistas, bem como o protagonismo dos proletários portugueses, na maior onda de atentados já testemunhada na então capital do Brasil.

Palavras-chave: Anarquismo; terrorismo; imigração portuguesa.

Em 1920 houve uma onda de atentados à bomba na capital do Brasil. Na maioria dos casos, os autores não foram identificados. Investigações da polícia apontaram que a motivação de tais ações radicais vinha da militância anarquista, vinculada a associações de classe. Seus protagonistas eram quase todos imigrantes e vários foram expulsos do país como “indesejáveis”, sob a acusação de “anarquismo”. A maioria era de portugueses.

Levantamentos em documentação do Ministério da Justiça reúnem dados essenciais para entender o fenômeno, elencados em relevantes trabalhos de autores como Menezes¹, Martinho² ou Fontes³. A estas fontes, no entanto, é possível somar as notícias dos jornais da época, tanto para dimensionar a onda de atentados e suas consequências como também para observar dados que não constam da documentação oficial. Conquanto jornais tenham limitações como fontes históricas, é notável que, cotejado com dados do Ministério da Justiça e pesquisas acadêmicas, o noticiário apresente muitas informações originais e eventualmente discrepantes.

A leitura dos jornais⁴ permite contabilizar, em pouco mais de dois anos (novembro de 1918 – quando da insurreição anarquista – a março de 1921), a explosão, no Rio, de 69 bombas, que provocaram a morte de seis pessoas e deixaram ao menos 50 feridas. Os alvos, na maioria dos casos, foram pequenas empresas cujos empregados estavam em greve ou organizados em movimentos de reivindicação, especialmente padarias (30 casos), botequins, imóveis em construção etc. Houve explosões em outros estabelecimentos comerciais; casas particulares; transportes públicos ou nas ruas – havendo eventos cuja categorização como “atentado terrorista” ou “apenas” vandalismo seria impossível. Mas também houve alvos de grande valor simbólico para os anarquistas, seja no que se refere ao poder do capitalismo (como o prédio da Bolsa de Valores) ou ao poder do Estado – tais como uma delegacia, o palácio

¹ Lená Medeiros de Menezes, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996.

² Francisco Carlos Palomanes Martinho, *A experiência da primeira república no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

³ Carlos Fontes, “Anarquismo em Portugal”, *Lusotopia* (2021), (<http://www.filorbis.pt/lusotopia/Anarquismo02.html>), consultado em 28 de junho de 2021.

⁴ Para o presente levantamento foram consultadas edições dos jornais publicadas entre novembro de 1918 e abril de 1921, títulos que então constituíam a “grande imprensa” local e, porque sediados no Rio, expoentes na imprensa nacional. São eles *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* (ambos de linha conservadora); *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* (de maior tiragem e mais vendidos); *A Razão*, *O Jornal*, *Vida Policial*, *A Rua*, *Arquivo Vermelho* (veículos de tiragem menor, mas de considerável popularidade), bem como *O Imparcial* e o *Voz do Povo* (mais identificados com o movimento operário) e o anarquista *Spártacus*.

do Itamaraty (sede do Ministério das Relações Exteriores) e até o palácio do Catete, sede da Presidência da República, onde uma bomba foi encontrada prestes a explodir.

Visando a simplificação, nesta exposição não são consideradas distinções teóricas a respeito de correntes ideológicas – e o adjetivo *anarquista*, portanto, aqui se aplica de forma genérica, tanto sobre os indivíduos assim autodenominados quanto sobre o conjunto de atos que, no jargão da época, assim eram definidos, desde o exercício de propaganda sindical ou ideológica e incitação à greve; até atentados a bomba.

A palavra anarquismo já evocou (e eventualmente ainda evoca) um sinônimo de terrorismo dado que, na história do movimento, houve a vertente da “propaganda pela ação”⁵. Muito debatida entre diferentes correntes anarquistas, a estratégia serviu de mote para uma série de atentados na Europa, América e Ásia, a partir das últimas décadas do século XIX.

Esse período foi sobretudo de gestos dramáticos e do culto de violência romântica, e seu ápice chegou com uma série de impressionantes atentados terroristas; com efeito, apenas uma pequena minoria implicara-se em atos de violência. Mas a ideia de violência exercia um extraordinário fascínio até mesmo sobre aqueles cuja índole mais pacífica recusava-se à sua prática (...) O terrorismo é um meio muito mais radical de abater os dirigentes de uma sociedade considerada “corrupta”. É, portanto, a autêntica “propaganda pelo fato”, recomendada pelo Congresso da Internacional realizado em Londres, em 1881⁶.

Sem considerar o debate que ainda hoje divide opiniões de estudiosos sobre o conceito de *terrorismo*, cite-se, à guisa de ilustração, a opinião de Daniel Guérin sobre o conjunto de ações caracterizadas como “propaganda pela ação” nos fins do século XIX e início do século XX:

Apresentava, em seus aspectos dramáticos e anedóticos, um cheiro de sangue que cativou o gosto do grande público. Todavia, se o terrorismo constituiu, naquela época, uma escola de energia individual e de coragem, que merece respeito; se ele teve o mérito de chamar a atenção da opinião pública para a injustiça social, ele aparece, hoje, como um desvio episódico e esterilizante do anarquismo⁷.

⁵ Outras expressões equivalentes em português: “propaganda pelo ato” e “pelo fato”.

⁶ George Woodcock, *História das ideias e movimentos anarquistas* (Vol.2), Porto Alegre, L&PM Pocket, 2002, p. 70.

⁷ Daniel Guérin, *O Anarquismo: da doutrina à ação*, Rio de Janeiro, Germinal, 1968, p. 80.

A maior onda de atentados à bomba no Brasil e a associação destas ações aos imigrantes também registrou o maior número de deportações por motivação política de “indesejáveis” residentes (ou detidos) no Rio. Em um ano e meio (de outubro de 1919 a março de 1921) houve ao menos 59 deportações sob acusação de anarquismo ou subversão – e, em alguns casos, sem o devido processo legal. Procedentes ou não, tais acusações incidiram sobre 37 portugueses, ao lado de outros 18 espanhóis, três italianos e um argentino. Todos eram operários, sendo a grande maioria associada ao movimento sindical. Em 32 destes 59 casos não houve evidente associação com as explosões.

No entanto, a vinculação aos atentados foi o fundamento para 24 casos de deportação. Em 10 deles, os acusados confessaram; ou foram presos em flagrante; ou ainda, segundo a polícia, eram comprovadamente responsáveis por fabricação de bombas. Nos outros 14 casos os acusados foram flagrados com materiais explosivos. Também nestes 24 registos os portugueses foram a maioria, correspondendo a 17 acusados (ao lado de sete espanhóis). Em paralelo, houve apenas quatro brasileiros “dinamiteiros” identificados no período.

Dada a eventual ausência de clareza no procedimento da Justiça, determinar os nomes dos deportados do Rio por motivo político em alguns casos pode ser impreciso. A comparação entre o noticiário (de 1919 a 1921) e o levantamento feito por Menezes⁸ junto à documentação do Ministério da Justiça, por exemplo, mostra discrepâncias – sendo a principal a ausência dos nomes de seis portugueses citados em notícias sobre deportações. Há também equívocos quanto a datas – como é o caso de Antônio Fernandes, expulso em 1921, conforme a autora, mas que, segundo o noticiário e o Ministério da Justiça, foi expulso em 1924⁹.

Em 1920, com pouco mais de um milhão de habitantes, o Rio tinha nos portugueses a maior colônia imigrante¹⁰ – 172 mil pessoas, dentre os 240 mil estrangeiros residentes¹¹. Desde os anos 1890 “(...) as características do fluxo imigratório levavam também a uma grande concentração de indivíduos na

⁸ Lená Menezes, “Relação Nominal dos Indivíduos Processados com vistas à Expulsão” in *Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)*, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - Cepese, 2006.

⁹ *Relatório apresentado ao presidente da República Federativa do Brasil pelo ministro da Justiça dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello – junho de 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p. 99.

¹⁰ Para melhor compreensão do contexto do operariado no Rio em inícios do século XX: Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹¹ *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920 – População do Rio de Janeiro (Volume II – 1ª parte)*. Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1923.

faixa dos 15 aos 30 anos. O imigrante, além de homem, geralmente era jovem e solteiro, sendo que sua chegada em grande número acirrava a competição pela sobrevivência entre os populares¹². No contexto do movimento operário e da militância anarquista, bem como nos eventos de “propaganda pela ação”, os portugueses também preponderavam. Mesmo uma clivagem superficial permite apontar seu protagonismo. Cumpre, portanto, observá-las.

Os atentados

Às 19h20 de 14 de outubro de 1920, um trem de passageiros estava partindo da Central do Brasil, a maior estação ferroviária da capital. A composição havia percorrido apenas alguns metros quando foi sacudida por uma forte explosão em um de seus vagões, que provocou dezenas de feridos, dentro e fora do trem. Um homem morreu no local (outras duas vítimas morreriam nos dias seguintes) e ao menos 20 feridos foram levados para hospitais. Foi o mais grave atentado terrorista da história do Rio, talvez do Brasil.

A polícia constatou que a bomba fora deixada no reservado do vagão de primeira classe, junto ao sanitário. Um suspeito (também ferido) foi interrogado, mas logo liberado após seus empregadores informarem à polícia que ele era “um homem de bem e avesso às ideias do anarquismo”¹³. O autor do atentado nunca foi identificado.

Dos últimos atentados verificados nesta Capital, em quase totalidade ignorados seus autores, nenhum foi mais revoltante do que a explosão de ontem, onde se assinala o intuito de indivíduos sem ocupação, anarquistas desalmados, de espalhar o pânico no seio da pacata população do Rio¹⁴.

Desde o dia 12 a cidade vivia uma certa tensão devido à greve dos operários da construção civil. Naquela data, os trabalhadores saíram em passeata pelo Centro. Na avenida Rio Branco, a principal da capital, houve tiroteio e conflito generalizado. Um delegado e um guarda civil foram feridos e quatro operários (dois portugueses, um brasileiro e um espanhol¹⁵) foram detidos. Dia 13, véspera do atentado, a polícia efetuou diligências para reprimir a paralisação: na zona sul foram presos 22 operários (13 portugueses, cinco brasileiros, dois italianos,

¹² Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim...*, cit., p. 26.

¹³ *O Imparcial*, 15 de outubro de 1920, p.16.

¹⁴ *Jornal do Commercio*, 15 de outubro de 1920, p. 5.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1920, p. 3.

um espanhol e um sueco¹⁶). À noite, outro conflito próximo à Central deixou um policial baleado e outros cinco operários feridos. Houve outras 14 prisões.

Embora tenha sido o mais grave, o atentado na Central não foi o primeiro registrado no Rio àquela altura. Quase um ano antes, em 18 novembro de 1918, motivados pelas notícias da revolução na Rússia, os anarquistas do Distrito Federal haviam se envolvido em um golpe, malgrado em poucas horas, que entra para a história como a Insurreição Anarquista¹⁷. No Campo de São Cristóvão, algumas centenas deles atacaram uma delegacia, com armas e bombas, mas foram dispersados pelo Exército. Até o fim do mês, segundo Dulles¹⁸, 200 acusados e suspeitos seriam presos. O autor observa que, para a polícia, ficou clara a associação entre o movimento operário e a insurreição, dado que, poucas horas antes dos eventos em São Cristóvão, tecelões da capital e do Estado do Rio (cerca de seis mil indivíduos) haviam anunciado uma greve: “As autoridades chamaram a atenção para o fato de que os operários abandonaram o serviço simultaneamente e sem levar aos empregadores as suas reivindicações”.

No dia 19, bombas explodiram em torres de energia elétrica, sem grandes danos. Houve ainda outras três explosões, provavelmente de petardos remanescentes da véspera: uma em São Cristóvão, deixou três crianças feridas. Outra, explodiu sob um bonde no bairro de Santa Teresa, deixou três feridos; e outra, encontrada em um terreno baldio no morro do Senado, causou a morte de um trapeiro¹⁹. Uma semana depois houve outra vítima fatal – um menino de 11 anos, também em São Cristóvão.

Em 4 de abril de 1919²⁰, cinco bombas não detonadas seriam encontradas por populares no Centro, sendo quatro delas na Avenida Rio Branco. Outras duas explodiriam em junho, na fábrica de cigarros Souza Cruz, na Tijuca, cujos funcionários estavam em greve há dois dias. Uma delas, durante um conflito entre os grevistas e a polícia. No enfrentamento, um operário brasileiro lançou o petardo, cujos estilhaços deixaram quatro feridos. Um civil, sem vínculos com a greve, foi baleado; e 14 grevistas (dos quais 10 portugueses) seriam detidos²¹. No dia 13 de junho, durante uma greve dos padeiros, uma bomba explodiu em uma padaria em Madureira. Seria a primeira das 30 padarias “dinamitadas” no Rio.

¹⁶ *O Paiz*, 14 de outubro de 1920, p. 7.

¹⁷ Sobre o movimento de novembro de 1918, ver Carlos Augusto Addor, *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Rizoma, 2015.

¹⁸ John Foster Dulles, *Comunistas e anarquistas no Brasil – 1900-1935*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, p. 80.

¹⁹ *O Paiz*, 19 de novembro de 1918, p. 5; e 20 de novembro de 1918, p. 6.

²⁰ *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1919, p. 8; e *O Imparcial*, 21 de maio de 1919, p. 6.

²¹ *A Noite*, 3 de junho de 1919, p. 2.

As explosões intensificaram-se em 1920, tendo havido 37 casos. Os primeiros, em padarias, ocorreram em janeiro e em fevereiro e deixaram um ferido²². Mas os atentados atingiram novos patamares a partir de 15 de março, quando começou uma paralisação dos funcionários da Leopoldina Railway, à qual, nos dias seguintes, iriam aderir padeiros, cocheiros, choferes, metalúrgicos, alfaiates, gráficos, sapateiros, têxteis, operários da construção civil e do Lloyd Brasileiro, dentre outras categorias.

No dia 24, grevistas percorriam a cidade em busca de adesões, sendo registrados tiroteios e apedrejamentos. Houve confronto com a polícia na Praça da República, no qual um policial foi baleado. O *Correio da Manhã*, informando sobre a “greve geral”, anunciou pelo menos 440 prisões neste dia – 400 delas somente no Centro Cosmopolita²³. Duas bombas foram encontradas em padarias no Centro, outras duas em um comboio e uma quinta, acesa, foi jogada em um botequim no Centro, tendo sido apagada por um freguês²⁴.

No dia 26 de março, três bombas explodiram, ainda de madrugada. A primeira em uma padaria no Encantado; a segunda, pouco depois, em um café, no bairro do Lins; a terceira em um trem, parado e vazio, na Central do Brasil. Houve ainda bombas que não explodiram – uma das quais atirada sobre um carro da polícia²⁵. Também ao longo deste dia houve vários tumultos em diferentes pontos da cidade. *A Noite* avaliou em 600 o número de prisões até então. No dia 27, negociações entre os empregados, direção da Leopoldina e governo iriam encerrar a greve.

Na manhã do dia 27, porém, outra bomba foi lançada na entrada do palácio do Catete, sede da Presidência da República. Um guarda que passava viu a fumaça no pavio do petardo e o apagou²⁶. À noite, por volta das 20 horas, o português Arthur Antônio da Silva, casado, 37 anos, carpinteiro, sócio da União de Operários da Construção Civil, foi preso quando colocava uma bomba nos trilhos de bonde em uma rua no Centro. Em sua casa a polícia encontrou explosivos e literatura anarquista.

²² No Méier (*O Jornal*, 14 de janeiro de 1920, p. 4); e em Pilares (Idem, 12 de fevereiro de 1920, p. 3). No mesmo dia, o proprietário de outra padaria em Bonsucesso evitou uma explosão ao encontrar a bomba cujo pavio conseguiu apagar (*O Jornal*, 13 de fevereiro de 1920, p. 4).

²³ Localizado na rua do Senado, o Centro Cosmopolita era a sede do Sindicato de Trabalhadores em Hotéis, Cafês, Restaurantes e Similares. Foi sede do segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1912. Era uma referência muito importante para o movimento operário do Rio.

²⁴ *Correio da Manhã*, 26 de março de 1920, p. 3.

²⁵ *A Noite*, 27 de março de 1920, primeira página.

²⁶ *Correio da Manhã*, 26 de março de 1920, p. 3 e *O Jornal*, 30 de março de 1920, p. 3. Nos dias seguintes ao fim da greve explodiram bombas no Catumbi e na Tijuca, deixando um menino ferido (*O Jornal*, 1 de abril de 1920, p. 4).

Nos dias seguintes houve mais atentados²⁷, dentre eles, no dia 12 de abril, em uma padaria na rua do Ouvidor, uma das mais importantes da cidade. A polícia deduziu que as ações se deviam a um grupo organizado. *A Noite* informou que o chefe de polícia, Geminiano de França, “ouviu a história de um ‘complot’, especialmente organizado contra padarias”:

Há cerca de um mês realizou-se em uma casa nos subúrbios uma reunião secreta entre alguns empregados de padarias. Nesta reunião ficou assentado que diversas padarias seriam dinamitadas. Os anarquistas que tal firmaram estabeleceram que seria evitado qualquer desastre pessoal, devendo as bombas serem colocadas de maneira a produzir somente danos materiais. As casas que deveriam ser dinamitadas eram em número de 40 e pertenciam àqueles contra quem mais reclamavam os empregados de padaria. Na mesma reunião ficaram escolhidos os que deveriam colocar as bombas, procedendo-se a um sorteio, dez foram sorteados²⁸.

Corretas ou não, tais informações foram insuficientes para evitar outras 21 explosões em padarias nos dois meses seguintes (até 21 de junho), nas quais houve seis feridos. Além destas, em setembro seriam registradas outras 10 explosões, com dois feridos, dentre as quais em um *magazine* na avenida Rio Branco²⁹ e até na 13ª Delegacia de Polícia (11 de setembro)³⁰. Registre-se ainda a apreensão de 250 quilos de dinamite na casa de um tamanqueiro português, em Santa Cruz, em 1 de outubro³¹. Até o fim do ano ainda haveria outras cinco explosões, quatro das quais em padarias, com dois feridos. Nestes atentados houve uma vítima fatal e outras seis feridas. A onda de atentados terminaria em abril de 1921, registrando-se neste ano ainda outras 26 explosões, nove delas em padarias, que fizeram uma vítima fatal e outras sete feridas. Outros alvos foram o Ministério das Relações Exteriores; Bolsa de Valores (10 de fevereiro)³²; Clube Naval (15 de fevereiro)³³.

²⁷ Outras três padarias seriam atacadas nos dias seguintes no Catumbi (*A Noite*, 1 de abril de 1920, p. 4) e no Estácio (*O Jornal*, 5 de abril de 1920, p. 4). A casa de um dono de padaria no Catete também sofreu uma explosão (*A Noite*, 14 de abril de 1920, p. 4); bem como um comboio, em Quintino, onde houve dois feridos (*Correio da Manhã*, 19 de abril de 1920, p. 3).

²⁸ *A Noite*, 14 de abril de 1920, p. 2.

²⁹ *A Noite*, 12 de setembro de 1920, p. 4.

³⁰ *Correio da Manhã*, 13 de setembro de 1920, p. 3.

³¹ *O Imparcial*, 1 de outubro de 1920, p. 5.

³² *Correio da Manhã*, 11 de fevereiro de 1921, primeira página.

³³ *Correio da Manhã*, 16 de fevereiro de 1921, p. 3. O Clube Naval, na Avenida Rio Branco, é constituído por uma associação de oficiais da Marinha. A bomba foi colocada numa travessa, entre o clube e o *Theatro* Municipal, orgulho dos cariocas, que teve então 207 vidraças quebradas (*A Noite*, 23 de fevereiro de 1921, p. 6).

Outras duas bombas explodiram nos arredores do QG do Exército, no Centro (27 de março)³⁴.

“Perigosos anarquistas”

Conforme observado, para a polícia a acusação (nem sempre fundamentada) de *anarquismo* tornou-se suficiente para expulsar estrangeiros. Esta caracterização não se baseava apenas nos delitos previstos na lei, como incitar greves; ou fabricar, possuir ou usar bombas em atos de terrorismo. Alguns inquéritos apontam que muitos dos deportados o foram porque eram atuantes no meio sindical – seja por discursar em praça pública, por participar de reuniões operárias ou mesmo por possuir publicações “subversivas”. Depoimentos de apenas duas testemunhas (eventualmente policiais) poderiam ser suficientes para categorizar um acusado como “agitador” ou “perigoso *anarquista*”.

Menezes³⁵ informa que, entre 1907 e 1930, 75 estrangeiros foram deportados do Rio por motivo político. Entre outubro de 1919 e março de 1921, o noticiário carioca noticiou a expulsão de 54 ibéricos (além de um argentino e um italiano). Este período de 17 meses, portanto, teria concentrado quase 70% do total de expulsos por delito político em 23 anos.

No primeiro grupo embarcado, em 6 de outubro de 1919, estava o padeiro português Antônio Costa Coelho, 33 anos, solteiro, membro da comissão de propaganda da União dos Empregados em Padarias³⁶. Ele havia sido preso no dia 21 de julho³⁷, no quarto em que morava, em São Cristóvão, onde a polícia encontrou cinco bombas, sendo que Coelho, “por causa de suas ideias, esteve já detido várias vezes”³⁸. Libertado em 24 de julho³⁹...

(...) garantido por *habeas corpus*, Antônio da Costa Coelho compareceu, em 11 de setembro de 1919, na Primeira Delegacia Auxiliar de Polícia para prestar declarações, onde afirmou que era comunista e que exerceu a propaganda

³⁴ *O Jornal*, 27 de março de 1921, p. 4.

³⁵ Lená Menezes, *Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)*, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – Cepese, 2006, (<https://digigov.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/portugueses-no-brasil-migrantes-em-dois-atos/os-processos-de-expulsao-como-fontes-para-a-historia-da-imigracao-portuguesa-no-rio-de-janeiro-1907-1930> Consultado em 25 de maio de 2021).

³⁶ *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1918, p. 7.

³⁷ Àquela altura, 18 bombas já haviam explodido no Rio em 1919 – das quais 13 em padarias.

³⁸ *O Jornal*, 23 de julho de 1919, p. 4.

³⁹ *O Jornal*, 25 de julho de 1919, p. 4.

comunista através de palestras, conferências e jornais. Quanto às bombas, embora tivesse afirmado que, de fato, havia morado no quarto da rua São Cristóvão onde foram encontradas, nada sabia sobre elas⁴⁰

Com Antônio foi expulso o também português José Maria de Carvalho, 25 anos, padeiro, preso em 13 de setembro. Segundo os jornais, a polícia encontrou em sua casa, no Engenho de Dentro, 40 cartuchos de dinamite e publicações anarquistas, além de um retrato de Lênin⁴¹. No local, segundo *O Paiz*, o delegado que liderou a operação pôde “verificar que se achava num lugar onde a preocupação principal era com o anarquismo, cujo desenvolvimento na Europa era acompanhado do maior interesse pelo grande número de jornais e publicações que a polícia apreendeu, todos eles sobre anarquismo”⁴². José Maria admitiu a posse dos livros, alegando que “os comprava e lia, mas não fazia propaganda”. E confessou ser autor de anotações e “boletins” apreendidos. Em um deles, concitava: “Camaradas, soldados e marinheiros e vós, trabalhadores, levantai-vos em regimentos abandonai os navios, desarmai os vossos oficiais cujas ideias e simpatias não são pela vossa causa”⁴³.

Com Antônio e José Maria foram também deportados outros cinco portugueses (além de um espanhol e um argentino) sem comprovadas ligações com atos de violência. Dentre eles, o português José Madeira, pintor e empregado da Light, que vivia há seis anos no Brasil, tendo intensa atuação nos meios proletários, e que foi apontado como comparsa de Antônio na fabricação de bombas, sem que houvesse sequer um inquérito formal. “Foi taxado de ‘orador operário’, acabando por ser expulso sem qualquer condição de defesa, não tendo sido interrogado nem ouvidas testemunhas”, salienta Menezes⁴⁴. Sobre os também portugueses Ricardo Corrêa Perpétuo, comerciante; e Galiano Tostões, carpinteiro, pesava a acusação de haverem participado da insurreição de 1918⁴⁵. Todos os expulsos

⁴⁰ Francisco Carlos Palomanes Martinho, *A experiência da primeira república...*, cit., p. 422.

⁴¹ *O Imparcial*, 14 de setembro de 1919, p. 3. Dois anos depois, José Maria voltaria ao Brasil como clandestino, mas foi detido no Recife, onde passou dois anos preso (*Vida Policial*, 23 de maio de 1923, p. 36).

⁴² *O Paiz*, 14 de setembro de 1919, p. 5.

⁴³ *Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1919, p. 2.

⁴⁴ Lená Menezes, *Imigração no Brasil: discursos em disputa e práticas seletivas*, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – Cepese, 2011, (<https://digigov.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para-a-terra-prometida/imigracao-no-brasil-discursos-em-disputa-e-praticas-seletivas> Consultado em 25 de maio de 2021).

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 23 de março de 1919, p. 2. No julgamento de 55 acusados de participar da insurreição, em março de 1919, Ricardo foi apontado como um dos “cabeças” do movimento e condenado. Recorreu e respondia ao processo em liberdade. Galiano foi absolvido.

havia tomado “parte ativa no encontro havido ultimamente dentro da União dos Operários da Construção Civil”⁴⁶.

O jornalista Everardo Dias é um importante ícone na história do anarquismo no Brasil. Nasceu na Espanha em 1883, tendo imigrado com 2 ou 3 anos. Em setembro de 1919 ele foi preso em São Paulo, sendo deportado em 31 de outubro. O ato suscitou intenso debate na imprensa e na Câmara dos Deputados sobre a expulsão de “indesejáveis”, dado que Everardo vivia há mais de 30 anos no Brasil e tinha filhos brasileiros, fatores que configuravam sua deportação como ilegal. Embora o jornalista não se enquadre no cenário aqui observado (acusados de anarquismo no Rio), seu pensamento é representativo sobre a opinião de anarquistas brasileiros, naquela altura, sobre a “propaganda pela ação”:

Com um fósforo faz-se voar um posto, com uma bomba destrói-se um parque. Eis o meio expedito de igualar as nossas condições de armamento às do inimigo (...) uma agressão a pau e pedra é sempre repelida a sabre, a espingarda, a metralhadora. Por isso mesmo é lícito responder aos disparos de fuzil e metralhadora com todas as invenções, com todos os explosivos presentes e futuros. (...) Uma dinamite em ponto pequeno. Por que vacilar em empregá-la em ponto grande?⁴⁷

O segundo grupo deportado do Rio (quatro espanhóis e três portugueses), em 14 de outubro de 1919, partiu em meio a um tumulto no cais, porque centenas de operários protestaram contra as expulsões e enfrentaram a polícia. Apenas um destes deportados (espanhol) estava envolvido com explosivos⁴⁸. Dentre os portugueses estava Antônio de Almeida Resolvido que, segundo relatório da 3ª Delegacia Auxiliar, “pregava em comícios e nas sedes de várias associações operárias, empregando palavras violentas e linguagem francamente revolucionária, aconselhando sempre o ataque à propriedade alheia”⁴⁹. Ele era associado à Federação Operária do Rio⁵⁰, tal como outro português deportado naquela data, José Maria Esteves, 21 anos, sapateiro e mecânico. Em fevereiro, discursando em um comício, ele havia alardeado: “Precisamos agir com energia

⁴⁶ *Correio da Manhã*, 7 de outubro de 1919, p. 5.

⁴⁷ Nota oficial da 3ª Delegacia Auxiliar, divulgada em *Correio da Manhã*, 23 de novembro de 1919, p. 4.

⁴⁸ Manoel Molero Picón, dono de um quiosque. A polícia informou que duas bombas foram encontradas em sua casa, quando de sua prisão, ocorrida cinco dias antes de sua expulsão (*Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1919, p. 5).

⁴⁹ Francisco Carlos Palomanes Martinho, *A experiência da primeira república...*, cit., p. 425.

⁵⁰ *O Paiz*, 15 de outubro de 1919, p. 6.

contra os exploradores da nossa terra, nem que para isso seja necessário o emprego da dinamite (...) Eu, como todos os meus companheiros, estamos (sic) prontos para pegar em armas”⁵¹. Em outro comício, em 18 de março, José Maria fez uma previsão que, mesmo como bravata, aproximava-se do pensamento de Everardo Dias:

– Camaradas: devemos nos unir para ir ao palácio presidencial pedir, rogar para que seu hóspede dê uma providência para pôr termo a esta baixa e ignóbil exploração dos negociantes.

– Para que implorar, se ele é surdo [?], afirma um popular.

– É surdo? – pergunta o orador – Ficaré ouvindo perfeitamente no dia em que nós quisermos. A dinamite curará a surdez de todos os membros deste governo.

Neste momento o orador é aplaudido pela assistência⁵².

No dia 13 de novembro seria embarcado um terceiro grupo de “indesejáveis”, com três portugueses. Manoel Fernandes Gomes Amorim, 30 anos, carpinteiro, foi acusado de fabricar bombas em casa⁵³. O motorneiro Antônio Pinto da Costa, por sua vez, havia sido preso em uma rua no Centro, em 21 de junho⁵⁴. Em seu pedido de *habeas corpus*, seu advogado alegara que “fabricar bombas não é crime, porque estas podem servir como explosivos para pedreiras; e ser anarquista é estar dentro da Constituição”⁵⁵. Outros quatro portugueses foram deportados por anarquismo em 22 de novembro; 17 de dezembro; e em 23 de janeiro de 1920, mas sem indícios ou provas concludentes de participação em atentados. Um deles era o padeiro José Rosa da Silva, 29 anos:

Acusado de ser anarquista pela polícia, assumiu essa condição (...) Como anarquista, declarou-se a favor tanto da igualdade quanto da revolução, embora tenha negado o emprego da violência. Pesou como prova decisiva contra ele o fato de ser representante da Federação Operária e ter tido destaque nos tumultos ocorridos por ocasião da greve na Fábrica de Tecidos Corcovado, motivo que o levava à prisão⁵⁶.

⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 26 de fevereiro de 1917, p. 3.

⁵² *Correio da Manhã*, 19 de março de 1917, p. 3.

⁵³ *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1919, p. 3.

⁵⁴ *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1919, p. 4.

⁵⁵ *Correio da Manhã*, 23 de junho de 1919, p. 3.

⁵⁶ Lena Medeiros Menezes & Maria Izilda Matos, *Portugueses: ações e lutas políticas*, São Paulo, Verona, 2015.

O já citado Arthur Antônio da Silva, preso em março quando colocava uma bomba em trilhos de bonde, foi deportado em 15 de abril de 1920⁵⁷, ao lado de outro português e um espanhol. No mesmo dia em que o navio zarpava, o jornal proletário *Voz do Povo* inseria seus nomes em uma lista de 13 operários presos, a maioria dos quais detidos durante a greve geral do mês anterior⁵⁸ – sendo sete portugueses, quatro brasileiros (um dos quais, posteriormente, foi reconhecido como português e deportado) e dois espanhóis. Também nesta data o jornal publicou carta de diversas entidades de classe, enviada ao presidente Epitácio Pessoa, solicitando “a liberdade dos libertários ainda debaixo da ação policial”, na qual constavam os nomes de 12 portugueses, três brasileiros e dois espanhóis⁵⁹.

Em 26 de abril e em 3 de maio partiram outros dois grupos de deportados sob a acusação de anarquismo, sendo quatro portugueses e dois espanhóis⁶⁰, cinco dos quais acusados de envolvimento com os explosivos⁶¹. Um deles, Fernando Carvalhaes, seria preso em Portugal, em 7 de janeiro de 1921, envolvido em um atentado⁶².

No dia 16 de junho, o português Joaquim Monteiro da Silva, o “Caixa D’água”, 19 anos, estudador, estava entre os 17 detidos (14 portugueses, dois brasileiros e um espanhol⁶³) durante uma operação da polícia na União dos Operários da Construção Civil, na qual foram encontradas duas bombas, além de “pavios, estopins” e “grande quantidade de pólvora”⁶⁴. Joaquim foi libertado no dia seguinte mas, no dia 18, a polícia voltou a procurá-lo: denunciado pela ex amante brasileira como anarquista, “Caixa D’água” voltou a ser preso dia 20 de junho⁶⁵.

Disse ser português e que, por ocasião da proclamação da República em Portugal, era empregado de um farmacêutico republicano que, fabricando bombas explosivas para alimentar o movimento revolucionário, o ensinou também a fabricar as máquinas infernais. Depois da mudança na forma do governo de Portugal, partiu para o Brasil. Aqui chegando, dedicou-se à leitura de livros anarquistas e, com a frequência dos meios anarquistas, adotou finalmente

⁵⁷ *O Imparcial*, 16 de abril de 1920, p. 3.

⁵⁸ *Voz do Povo*, 15 de abril de 1919, primeira página.

⁵⁹ *O Imparcial*, 17 de abril de 1919, p. 5.

⁶⁰ Meses depois, um deles, Gregório Febré, seria preso em Barcelona com a alcunha de “El Brasileño” (*La Época*, 4 de agosto de 1921).

⁶¹ *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1920, p. 2. A exceção foi o tecelão Segismundo Pintoriano, acusado de incitar uma greve, distribuindo propaganda anarquista, e de um furto na fábrica onde trabalhava. Na edição de 18 de maio (p. 2) o jornal informou que Segismundo teria conseguido fugir do navio que o conduzia, durante uma escala em Dakar.

⁶² *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro de 1921, p. 9.

⁶³ *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1920, p. 3.

⁶⁴ *O Imparcial*, 17 de junho de 1920, p. 3.

⁶⁵ *O Jornal*, 21 de junho, p. 4.

esta teoria. No meio de seus companheiros, anarquistas como ele, disse-lhe (sic) que sabia fabricar bombas de dinamite. A pedido de vários companheiros, fabricou as primeiras bombas, semelhantes às que fizera em Portugal. Tempos depois amasiou-se com Maria Alves Luz, indo residir em Madureira, onde fabricava com grande facilidade e sem receio bombas que distribuía entre seus companheiros. Há dias, transportou para a sede da União dos Operários em Construção Civil várias bombas, levando-as para ali porque sabia de uma atitude da polícia à sede da sociedade e queria assim habilitar seus companheiros a se defenderem. (...) Joaquim Monteiro confessou ser anarquista⁶⁶.

Em 3 de julho foram presos dois dos quatro brasileiros envolvidos com atentados: Francisco de Assis Costa foi detido no quarto onde vivia, no Centro, na posse de uma bomba, material anarquista e uma bandeira vermelha e preta⁶⁷, do Sindicato dos Panificadores. Seu colega de quarto José Augusto de Paula, diretor do sindicato, foi preso no mesmo dia⁶⁸. Responderam processo em liberdade e foram absolvidos em questão de meses.

No dia 16, três portugueses foram presos no quarto onde viviam, no Catete, com material para fabricação de bombas. Um deles, o sapateiro Arthur da Costa Gomes, 25 anos, já vinha “sendo processado como anarquista”⁶⁹. Tendo obtido o direito de responder ao processo em liberdade, em junho Arthur publicou artigo na *Voz do Povo*, sobre as recentes greves:

Conquistas monetárias nunca resolveram problema algum (...) O tempo das pequeninas lutas já terminou (...) pois eu penso que vós todos pensais igual a mim, isto é, no comunismo anárquico (...). Não vamos na nova sociedade trabalhar por empreitada nem tampouco esperemos a revolução que está próxima (...) Precisamos de nos ir preparando para organizar os soviets (sic) dentro das fábricas⁷⁰.

Arthur foi deportado em 20 de julho, na companhia de outro português, o padeiro Sebastião Lourenço, de 33 anos: “Das investigações procedidas e da exuberante prova colhida neste inquérito, resulta a convicção de ser Sebastião Lourenço o autor do atentado levado a efeito contra a padaria, já referida, sendo evidentemente, um elemento que se torna prejudicial ao sossego da ordem pública”⁷¹.

⁶⁶ *O Imparcial*, 21 de junho de 1920, p. 3.

⁶⁷ Uma tradicional “bandeira anarquista”.

⁶⁸ *A Noite*, 3 de julho de 1920, p. 3.

⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, 17 de julho de 1920, p. 7.

⁷⁰ *Voz do Povo*, 15 de junho de 1920, primeira página.

⁷¹ Francisco Carlos Palomanes Martinho, *A experiência da primeira república...*, cit., p. 429.

Um espanhol e dois portugueses (o pedreiro Herculano Corrêa, 20 anos; e o carpinteiro Antônio Alves Pereira Junior, 19 anos) foram presos na Gamboa em 27 de setembro, e a eles foi atribuída a posse de quatro bombas. Antônio morava na travessa Honorina, em Botafogo, onde dois dias antes uma bomba havia explodido em uma casa particular. Antônio admitiu ser anarquista e fabricar bombas⁷². O trio foi deportado no dia 13 de outubro de 1920.

Eventualmente os detidos, mesmo confessando associação com atentados, não se definiam como anarquistas. Foi o caso do padeiro português João Marques de Melo, 29 anos, deportado em 8 de dezembro⁷³. Ele havia sido preso na Tijuca sete dias antes, flagrado quando ia jogar uma bomba na casa do gerente de uma fábrica em greve. João teria confessado a autoria de outros dois atentados contra padarias, mas destacou “que não professa ideais anarquistas, que são muito elevados”, definindo-se como “sindicalista”, conceito que resumiu como “trabalhar um por todos e todos por um”⁷⁴. Alegou que em maio havia sido falsamente acusado de um atentado e que, mesmo tendo sido inocentado, desde então não conseguia emprego:

(...) não querendo os proprietários de padarias aceitá-lo como empregado, alegando que o declarante professava ideias anarquistas, desesperado com tal situação, pois nem ganhava para comer, revoltado com os proprietários que exploravam os trabalhadores, resolveu *não ter fama sem proveito* [grifo meu], destarte, tendo vagos conhecimentos, pelas conversas tidas com fabricantes de petardos e pela leitura de livros, encetou o fabrico de bombas que deviam ser atiradas em padarias cujos proprietários fossem gananciosos e em casas exploradoras do operariado⁷⁵.

Outro padeiro português que confessou atentado à bomba, mas sem motivação política, foi Feliciano Farias, 25 anos, detido em 27 de dezembro⁷⁶. Ele afirmou que não era anarquista e que agira movido por vingança contra empregadores. Frente a esta alegação e, provavelmente, porque não tivesse relevante atividade sindical, não foi deportado.

Em 9 de fevereiro de 1921, durante uma outra greve “geral”, iniciada pelos operários da construção civil, ocorreram as já citadas explosões no Itamaraty e na Bolsa de Valores. A polícia fez buscas na sede da associação da categoria,

⁷² *O Imparcial*, 28 de outubro de 1920, p. 5.

⁷³ *Correio da Manhã*, 7 de dezembro de 1920, p. 3.

⁷⁴ Depoimento de João Marques de Mello à 3ª Delegacia Auxiliar, em 3 de dezembro de 1920, reproduzido em *Arquivo Vermelho*, 8 de dezembro de 1920, p. 2 e 3.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ *Correio da Manhã*, 28 de dezembro de 1920, p. 5.

operação que gerou conflito e deixou três feridos. No local, além de armas e explosivos, foi encontrado material de propaganda. Destacava-se uma grande quantidade de panfletos com um “programa” anarquista que incluía a “supressão da propriedade”, a autogestão de “fábricas, ateliês, campos, usinas, minas e serviços públicos”, “supressão do Estado e de todas as instituições de violência e desordem – Exército, polícia, magistratura, parlamento, senado etc”; e a “abolição de todas as leis”. Na operação foram presos 22 suspeitos, dos quais 16 portugueses, quatro brasileiros, um italiano e um espanhol⁷⁷. Em 14 de fevereiro, durante outra greve, foram detidos em frente à associação dos padeiros outros 24 trabalhadores – dos quais 11 portugueses, seis espanhóis, seis brasileiros e um italiano⁷⁸. Estas e outras prisões na mesma semana, segundo acreditava a polícia, enfim iriam desbaratar a organização de greves e de atentados à bomba.

A última greve revolucionária.

O último movimento grevista desenrolado nesta capital não teve o fim imaginado pelos seus agentes que desejavam, sob o terror, implantar aqui uma revolução. Tudo isso fracassou devido à prisão de três “comitês” de greve, sendo que cada um era composto por dez homens com a cognominação de “vermelhos”, que eram justamente os empreiteiros junto às organizações operárias e encarregados de todo serviço de propaganda. Estes homens, que são todos de nacionalidade estrangeira, foram logo recolhidos à penitenciária, tendo o desembargador chefe de polícia recebido ordem para deportá-los. Daí a feitura de processos contra Pedro Alonso da Silva, José Fernandes Figueiredo, José Martins Ruas, José Chaves Montereal e outros cujos nomes não nos foi dado ainda saber, pois todo esse serviço está sendo feito sob sigilo⁷⁹.

O caso do português José Fernandes de Figueiredo, 37 anos, pintor e remador do Clube Vasco da Gama, é outro exemplo da ausência de vínculos entre ações violentas e deportações. Detido na operação policial do dia 9 de fevereiro, ele foi solto em pouco tempo. Mas, no dia 16 foi outra vez detido: a polícia voltou a ele a partir da denúncia de uma quitandeira, flagrada vendendo livros anarquistas⁸⁰. A mulher de Figueiredo, “acompanhada de um filhinho (...) disse encontrar-se enferma e passando pelas maiores necessidades”⁸¹, e apelou ao

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 10 de fevereiro de 1921, primeira página.

⁷⁸ *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1921, p. 7.

⁷⁹ *A Noite*, 25 de fevereiro de 1921, p. 2.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 17 de fevereiro de 1921, p. 4.

⁸¹ *A Noite*, 26 de fevereiro de 1921, p. 2.

chefe de Polícia, alegando que ele não era anarquista. Ainda assim o pintor iria integrar o maior contingente de deportados de uma só vez, embarcado em 7 de março de 1921, constituído de cinco portugueses e cinco espanhóis, “todos reconhecidamente anarquistas, o que não negaram nos seus depoimentos”⁸².

Neste contexto ocorreu a maior das apreensões de explosivos e quatro prisões (três portugueses, um brasileiro), dentre as quais a do fabricante de “bombas para a União dos Operários da Construção Civil e União dos Empregados em Padarias”⁸³.

O brasileiro José Antônio dos Santos foi preso em flagrante, dia 7 de março, pouco após provocar explosões em três prédios em construção no Centro. Horas depois seria preso o português João de Oliveira, 27 anos, carpinteiro, apontado como seu comparsa. Após ouvir seus depoimentos durante a madrugada, na manhã seguinte os policiais foram a Bonsucesso, na casa do português Alexandrino Valente Coutinho, 26 anos, padeiro. Lá encontraram “nove bombas preparadas, inclusive estopim de grandes dimensões”; 80 cartuchos de dinamite, “nove tubos de ferro, vários, para a preparação de petardos, pólvora em pó e em grão, dez espoletas de cobre, enxofre e um pente de balas”. Parte deste material estava sob a cama onde Alexandrino e a mulher dormiam com os filhos, sendo o mais novo, de apenas um ano, chamado Lenine.

Espalhadas sobre a mesa havia cerca de 50 brochuras sobre socialismo e anarquismo, além de impressos contendo ideias terroristas etc. Completava o aspecto terrível daquele antro diabólico uma nítida fotografia de Pedro Kropotkin, pendente de um cordel da parte, à guisa de um novo messias...⁸⁴

Levado à delegacia, “a princípio Alexandrino tentou negar (...) Mas, já conhecido pela polícia como agitador e por isso preso várias vezes, acabou por confessar”⁸⁵. Em 8 de março a polícia iria prender o também português Manoel Barbosa, 25 anos, padeiro, amigo de Alexandrino. Em seu quarto, no Centro, foi encontrada uma bomba com 2,7 kg (até então as bombas apreendidas tinham em média 1 kg ou menos) que, segundo a polícia, seria “destinada” à sede do Lloyd Brasileiro, além de armas e material de propaganda anarquista⁸⁶. Alexandrino, Manoel e João estariam na última leva de deportados por motivo político neste período, em 23 de março, com dois outros portugueses e dois espanhóis.

⁸² *Gazeta de Notícias*, 8 de março de 1921, p. 3.

⁸³ *Correio da Manhã*, 8 de março de 1921, p. 3.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *A Rua*, 7 de março de 1921, p. 1.

⁸⁶ *Correio da Manhã*, 10 de março de 1921, p. 3.

Todos estes anarquistas foram providos da quantia de 50\$000 cada um. Alexandrino levou em sua companhia sua esposa e três filhinhos, Sylvia, Ocília e Lenine, e João de Oliveira, duas filhinas, cujas passagens foram também pagas pela polícia. Ao desembarcar no cais do porto, a caminho do *Arlanza*, todos os anarquistas saíram satisfeitos cantando a *Internacional*⁸⁷.

Um outro português deste grupo era Abel Ribeiro dos Santos, 25 anos, padeiro. Preso em 4 de março, admitiu culpa na explosão de uma padaria onde havia trabalhado, em Ramos, em 13 de fevereiro. Seus ex patrões, segundo ele,

(...) eram uns cínicos e davam um péssimo tratamento aos empregados. Falando das suas ideias anarquistas, disse que só as expendia *por brincadeira* [grifo no original] tanto que, quando seus companheiros perguntavam se a sociedade continuaria assim ele sempre dizia que a bomba era “o melhor meio de dar jeito” ao atual estado de coisas.

No momento da prisão, a polícia apreendeu com Abel vários papeis, dentre os quais uma anotação que ele reconheceu ser de sua autoria, e que dizia: “Eu só desejo a paz, o amor e a felicidade, não de um homem, mas de todos, embora para chegar a esse desideratum seja necessário mandar alguns homens (que de homens só tem a figura) de presente ao diabo”⁸⁸.

Considerações finais

Em 8 de fevereiro de 1921, dia em que operários no Rio anunciavam greves e véspera dos últimos atentados à bomba, morria na Rússia Piotr Kropotkin. O fim da vida do grande pensador anarquista, cujos livros e fotos foram tão frequentemente apreendidos pela polícia carioca nos dois anos anteriores, ocorreu no momento em que, no Rio, a “propaganda pela ação” virtualmente terminava. Também foi neste contexto em que o movimento anarquista começava a perder preponderância: em março de 1922 seria fundado o Partido Comunista, que ao longo da década iria tentar catalisar aspirações revolucionárias e dos movimentos operários. Os comunistas, agora assim denominados a partir de um partido, iriam

⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1920, p. 9. Nas notícias sobre expulsões eram frequentes as referências às passagens pagas pela polícia; ao dinheiro dado aos deportados; bem como o fato de eles frequentemente embarcarem cantando a *Internacional*.

⁸⁸ *Correio da Manhã*, 7 de março de 1921, p. 3.

eclipsar o papel dos anarquistas, especialmente junto às associações de classe. De certa forma, este “eclipse” prolongou-se na história:

Justificador da política adotada pelos comunistas, o março de 1922, estabelece o antes e o depois, na intenção de exorcizar o fantasma do anarquismo. Este recorte, diga-se, foi acriticamente apropriado nos primórdios da produção acadêmica sobre as lutas operárias, como um suposto limite à influência do anarquismo no Brasil⁸⁹.

É possível considerar que, para além de crenças e valores partidários, as iniciativas anarquistas no Rio foram resultado de uma *ação coletiva*, algo que “não é uma categoria abstrata que pode ficar fora da história e separada da política”, conforme observa Tarrow⁹⁰. Pesquisadores entendem que os anarquistas no Rio pretenderam organizar-se no chamado *sindicalismo revolucionário*, proposta que “defendeu mais do que qualquer outra corrente do movimento operário organizado a concepção do poder revolucionário dos trabalhadores emancipados e insistiu no direito de se auto administrarem coletivamente, assim como na aptidão para gerir eles mesmos seus próprios assuntos”⁹¹.

Mas, conforme observado, a presente exposição não teve por objetivo uma análise acurada acerca de aspectos ideológicos. Tratou, sim, de um contexto no qual a palavra anarquismo servia como sinônimo para distintas correntes de pensamento – cenário que, em alguma medida, pode ser ilustrado com trecho de artigo do jornal anarquista *Spártacus*, no qual se reflete uma imprecisa definição sobre denominações ideológicas àquela altura:

Bolchevismo, anarquismo, sindicalismo... ao fundo, palavras, tabuletas, rótulos. És tu um revolucionário sincero? Queres destruir esta sociedade baseada na exploração iníqua do homem pelo homem e instaurar em seu lugar o bem, a justiça, a igualdade? (...) Chama-te então do que quiseres – bolchevista, sovieta, anarquista, sindicalista, rebelde, revoltado, maximalista – és um camarada, és um irmão⁹².

⁸⁹ Alyson Bruno Vianna, “Tempo, memória e cultura política libertária: algumas observações sobre construções da história do anarquismo no Brasil”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, 2011, p. 4.

⁹⁰ Sidney Tarrow, *O poder em movimento: confronto político e movimentos sociais*, Petrópolis, Vozes, 2009, p. 25.

⁹¹ Edilene Toledo, *Anarquismo e Sindicalismo revolucionário. Trabalhadores em São Paulo na Primeira República*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 18.

⁹² Manoel Ribeiro, “Definições – bolchevismo, anarquismo, sindicalismo...”, *Spártacus*, edição de 29 de novembro de 1919, página 1.

Frente aos exemplos apresentados, os “dinamiteiros” no Rio de 1920 não podem mesmo ser categorizados somente a partir de uma dicotomia entre anarquistas-comunistas ou sindicalistas revolucionários. Identificavam-se, tudo indica, como uma ou outra denominação – ou, mais provavelmente, ambas.

Não parece haver uma ou mais causas evidentes para o protagonismo de portugueses no movimento operário e nas ações radicais. Alguns trouxeram suas convicções políticas da pátria, embora muitos outros, tendo imigrado ainda crianças, as tenham construído no Brasil. Fato é que as ações políticas dos anarquistas portugueses preponderaram naquele contexto, marcado pela intensa ação de “dinamiteiros” no exterior e, principalmente, pela “forte expectativa, entre os militantes anarquistas no Brasil, no processo de internacionalização da revolução social iniciada na Rússia”⁹³. Parece pertinente supor, a partir dos exemplos apresentados, que perceberam, com maior amplitude que seus colegas brasileiros, aquilo que Tarrow define como *estrutura de oportunidades políticas*.

O termo ‘estrutura de oportunidades políticas’ não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, invariavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de fatores determinantes de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que poderá levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais⁹⁴.

É nesta interação coletiva que talvez esteja a chave para o entendimento do protagonismo português, aspecto que ainda carece de compreensão mais aprofundada. Bem antes de quaisquer partidos políticos autoproclamados “populares”, e tendo como meta a emancipação dos indivíduos, anarquistas portugueses no Rio, mesmo quando à margem da lei, em alguma medida indicaram caminhos para movimentos sociais legítimos – independentemente de sua nacionalidade, conceito, aliás, que os anarquistas desprezavam. Um deles, José Maria de Carvalho, sintetizou a convicção de que a condição de operário e anarquista era superior ao seu local de nascimento. Em depoimento na polícia, declarou-se brasileiro, apesar de não haver sequer se naturalizado. Segundo ele, “embora tenha nascido em Portugal, a sua pátria é aquela em que trabalha”⁹⁵.

⁹³ Carlos Augusto Addor, *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Rizoma, 2015, p. 27.

⁹⁴ Sidney Tarrow, *O poder em movimento: confronto político e movimentos sociais*, Petrópolis, Vozes, 2009, p. 39.

⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1919, p. 2.